



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A04', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

TIPO-001

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E).
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue, adaptado de Luciano Martins Costa; o original foi publicado na edição 838 do *Observatório da Imprensa*, no dia 19/02/2015.

A graça da não-notícia

- 1 *A leitura crítica dos jornais brasileiros pode produzir momentos interessantes, não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder. O hábito de analisar criticamente o conteúdo da mídia tradicional produz calos no cérebro, e eventualmente o observador passa a enxergar não mais a notícia, mas a não-notícia, ou seja, aquilo que o noticiário dissimula ou omite.*
- 5 *Trata-se de um exercício divertido, como se o leitor estivesse desfazendo um jogo de palavras cruzadas já preenchido. É mais ou menos como adivinhar, a partir das palavras que se interconectam num texto, o sentido que o autor pretendeu dar à sua construção, uma espécie de jogo de "interpretação reversa".*
- 10 *Transparece o aspecto ambíguo da imprensa quando, por exemplo, para defender o pluralismo de sua linha editorial, jornais propõem artigos sobre tema da atualidade a serem tratados por dois distintos analistas – "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes". Ocorre que as propostas, normalmente sob a forma de pergunta, são formuladas de modo a garantir a perspectiva de que um ponto de vista se opõe frontalmente ao outro – um analista representa um "sim", o outro um "não" ao que está sendo perguntado pelos editores. Como se vê, a tal "pluralidade" já nasce condicionada, porque a imprensa brasileira quer convencer o leitor de que existem apenas duas interpretações possíveis para questões complexas como as que são postas aos analistas. São complexas, ou, no mínimo, controversas, porque é isso que define uma notícia.*
- 15 *Uma árvore caiu. Por que a árvore caiu? – mesmo num evento corriqueiro e aparentemente banal, há muitas respostas possíveis.*
- 20 *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco, sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos? Ora, porque a imprensa faz parte do sistema de poder na sociedade moderna, e exerce esse poder fazendo pender as opiniões para um lado ou para outro, usa o mito da objetividade para valorizar seus produtos e cobra de seus financiadores um custo por esse trabalho.*
- 25 *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*
- 30 *Mas a resposta é ainda mais simples: para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo, mas, ao se tornar refém do mundo das imagens, produz uma concretude – ou, como diz Flusser, uma "concreticidade" superficial.*
- Essa superficialidade procura esconder o propósito do conteúdo jornalístico, que não é informar, como pensam os leitores correligionários: é induzir uma opinião específica.*
- Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*
- Obs.:** Vilém Flusser (1920 - 1991) – filósofo tcheco, naturalizado brasileiro; professor, jornalista, conferencista e escritor.

1. Compreende-se corretamente do texto: O autor
- (A) defende a ideia de que jornais instigantes são os que contam com um leitor crítico e atualizado, disposto a preencher as involuntárias lacunas das matérias veiculadas.
 - (B) atribui interpretações grosseiras de notícias e o desejo de enxergar a não-notícia à prática constante de analisá-las sob perspectiva cética, resultado de juízo crítico muito aguçado e resistente à distensão.
 - (C) considera a leitura de jornais um exercício divertido sempre que a matéria se dispõe a adivinhações, desvendamentos relacionados tanto à construção do texto, quanto aos fatos reais que a teriam inspirado.
 - (D) mostra que matérias jornalísticas informam não só pelo que explicitamente comunicam, mas também pelo que evitam comunicar; esse modo de noticiar, em sua concretude, permite o desvendamento de propósitos de autores e editores.
 - (E) expõe a ambiguidade que a imprensa pode manifestar quando é imprecisa no trato do assunto, falta de precisão originada por "palavras cruzadas", isto é, intrincadas conexões na estrutura verbal.
2. Sobre a frase "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes" (linhas 9 e 10), na situação em que está inserida, comenta-se com propriedade:
- (A) o contexto e as aspas justificam que a consideremos o título da seção de um dado jornal em que dois analistas se expressam sobre o mesmo tema.
 - (B) é ela que determina que as análises, sem outra possibilidade, se cumpram de modo diametralmente oposto.
 - (C) é ponto de apoio do raciocínio que conduz à denúncia de falso pluralismo da imprensa.
 - (D) é frase emblemática do que, segundo o autor, uma linha editorial deveria ter como objetivo.
 - (E) considerado o tom irônico que pode ser imprimido a ela, expressa que autor considera legítimo esse tipo de pluralismo, mas não atingível pela imprensa brasileira.



3. Considerando os parágrafos 5 e 6, em seu contexto, é correto afirmar que o autor
- (A) vê o maniqueísmo como algo inerente à prática jornalística no Brasil, produto de um sistema social manipulador que chega a deturpar o valor maior do jornalismo – a objetividade.
 - (B) não isenta os financiadores da imprensa brasileira pelos desvios que nota na prática jornalística nacional, pois eles aceitam pagar altos custos pelo trabalho encomendado e mal realizado.
 - (C) indaga *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco [...]?*, responde imediatamente com convicção (expressa por *Ora*) e depois tenta outras formulações para solucionar equívocos da primeira resposta precipitada.
 - (D) usa a expressão *arriscaria afirmar* (linha 21) como estratégia, pois, ao revelar consciência de que sua afirmação tem probabilidade de ser refutada, busca minimizar a força das eventuais contestações.
 - (E) entende que a narrativa jornalística está condenada a não mais atingir os leitores de modo expressivo, na medida em que não há modo possível de abarcar o mundo global.

4. É legítimo o seguinte comentário:

- (A) (linha 8) O *aspecto ambíguo da imprensa* é apreendido em decorrência de uma leitura reversa, aquela que vai do que está na superfície da página ao ponto de partida do texto.
- (B) (linha 15) Em *Por que a árvore caiu?*, tem-se exemplo de pergunta retórica, aquela que se formula sem objetivo de receber uma resposta, pois a questão proposta é insolúvel.
- (C) (linhas 17 e 18) Se o segmento *sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos* fosse redigido de outra forma – "sem que as muitas tonalidades entre os dois extremos possam ser consideradas" –, seu sentido original estaria preservado.
- (D) (linha 22) Em *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade*, a substituição de *já* por "de imediato" preserva o sentido original da frase.
- (E) (linhas 22 e 23) O segmento *amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real* representa, segundo o autor, uma qualidade distintiva da *realidade* que pode ou não se fazer presente.

5. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*

É adequada a seguinte assertiva sobre o trecho acima:

- (A) Martins Costa considerou estar melhorando a análise pelo fato de citar o filósofo Vilém Flusser.
- (B) Vilém Flusser faz uma constatação que legitima o emprego da palavra *superficialidade*, por Martins Costa, com mais de um sentido.
- (C) O fator *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade* é a causa do fato expresso em *a superfície ínfima da tela substitui o mundo real*.
- (D) A frase que cita a observação de Vilém Flusser dá relevo ao contraste entre dois fatores, antítese expressa pela oposição entre *ínfima* e *real*.
- (E) A frase *O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade* equivale, quanto ao sentido, a "A imprensa comenta essa superficialidade, não a realidade" e esta redação não implica perda de noção presente no original.

6. *...para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo.*

O conteúdo expresso acima está preservado, em formulação condizente com a norma-padrão, em:

- (A) se quiser ser levado a sério, um jornal não pode esquivar-se em dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (B) um jornal, sendo levado a sério, não pode abster a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (C) a condição de que um jornal não pode prescindir, para ser levado a sério, é a de dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (D) com vistas a ser levado a sério, um jornal não pode deixar de renunciar à impressão de concretude em seu conteúdo.
- (E) um jornal tendo a intensão de ser levado a sério, não pode abdicar quanto à impressão de concretude em seu conteúdo.

7. O contexto evidencia que *leitores correligionários*, citados na linha 29, são:

- (A) os leitores que compartilham das ideias de Martins Costa.
- (B) os leitores que seguem as ideias de um partido político.
- (C) os leitores que, como se dá com jornais, se tornaram reféns do mundo das imagens.
- (D) os leitores que praticam leitura crítica.
- (E) os leitores que questionam o oferecimento da realidade em preto e branco.



8. Se o jornal comentar um assunto com superficialidade, o estará tratando
- (A) judiciosamente.
 - (B) perfunctoriamente.
 - (C) laconicamente.
 - (D) contingentemente.
 - (E) sibilinameamente.
-
9. Considere os segmentos 1, 2 e 3 abaixo e os comentários que os seguem.
1. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise.*
 2. *Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*
 3. *...não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder.*
- I. A formulação "Mas essa análise pode ser mais bem elaborada" respeita as orientações da gramática normativa, tanto quanto a redação de 1.
- II. A formulação "Tudo é não-notícia, à medida que tudo é opinião" preserva a relação estabelecida entre os fatos na redação de 2.
- III. A formulação "não exatamente pelo que dizem, mas sobretudo pelo que tentam esconder" mantém o sentido e a correção vistos em 3.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) III.
 - (E) I e III.
-

Atenção: As questões de números 10 e 11 referem-se ao texto que segue.

Nem bem chegara de lá e já tinha de ouvir o que diziam dele depois que partira. A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha, sempre disposta a disseminar novidades, verdadeiras ou não.

– Então, Antônio, soube que rompeu o noivado.

10. Sobre o que se tem acima, afirma-se corretamente, levando em conta a norma-padrão:
- (A) A forma *tinha de ouvir* situa a ação no mesmo tempo expresso pela forma verbal "ouvira", mas agrega a ideia de obrigatoriedade à ação praticada.
 - (B) A forma verbal *chegara* indica que a ação se dá em simultaneidade com a ação expressa por *tinha de ouvir*.
 - (C) Transpondo o discurso direto acima para o indireto, a formulação obtida deve ser "A vizinha disse que, então, sabia que Antônio rompeu o noivado".
 - (D) A palavra *fofoca*, de uso informal, deve ser evitada em textos escritos, mesmo que se trate de uma narrativa, como se tem nesse trecho.
 - (E) Se, em vez de *A primeira*, houvesse "Uma das primeiras", o verbo deveria obrigatoriamente ir para o plural – "anunciarem".
-
11. Do ponto de vista da organização do texto, é correto afirmar:
- (A) A concatenação da segunda frase com a primeira realiza-se por meio da palavra *fofocas*, que remete, com específica caracterização, a *o que diziam dele*.
 - (B) O vínculo que relaciona logicamente os segmentos *sempre disposta a disseminar novidades* e *A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha* é estabelecido pela palavra *sempre*.
 - (C) A conexão entre o discurso direto e as frases que o antecedem realiza-se por meio do contexto, pois não há palavra ou expressão anterior que antecipe a fala da vizinha.
 - (D) O encadeamento entre os segmentos iniciais ocorre obrigatoriamente por meio da palavra *e*, pois outra alternativa, como o emprego de uma vírgula, constituiria um erro.
 - (E) A palavra *Então* estabelece relação entre segmentos do texto do mesmo tipo que estabelece em "Preciso de ajuda, então vou chamá-lo".



12. É adequado o seguinte comentário:

- (A) A frase "Este é o jovem cujo trabalho li com atenção" pode ser redigida, de modo claro e condizente com a norma-padrão, assim: "O jovem que eu li o trabalho dele com atenção é este".
- (B) "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria" é frase com inadequação no segmento destacado, que seria sanada com sua substituição por "cujos os destinos".
- (C) Em "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria", a substituição do segmento destacado por "andam já por si só" mantém a correção e o sentido originais.
- (D) Em "A orientadora do grupo, a qual é excelente, faltou hoje", emprega-se o que está em destaque para evitar o duplo sentido que o emprego da palavra "que", em seu lugar, originaria.
- (E) A frase "Maria e Solange machucaram-se" evidencia que as duas receberam machucados, sem que se instale a dúvida: "uma machucou a outra?"; a palavra que poderia ser acrescentada para indicar esse segundo sentido seria "reciprocamente".

13. A frase em que a concordância se faz em conformidade com a norma-padrão é:

- (A) Ontem foram constituídos três grupos de estudo, um do qual bastante reduzido, mas, como já havia passado dois meses desde a liberação da verba de incentivo, não puderam mais aguardar interessados.
- (B) O coordenador das áreas julgava irrelevante, nessa altura das discussões, os depoimentos recém-anexados ao processo disciplinar, vistos anteriormente como bastante úteis.
- (C) Entrevistou-se, rigorosa e meticulosamente, os últimos quinze profissionais que concorriam à vaga, cuidados que poderão, sem dúvida, acarretarem bom desempenho em diversas áreas.
- (D) As receitas dos médicos foram encaminhadas ao setor responsável, que as organizou em pastas e arquivou-as, passos que se deve ao protocolo da área específica de registros.
- (E) Para não merecerem repreensão dos pais, os rapazes pediram ao tio que não os repreendesse caso não lhe pudessem telefonar para avisá-lo do início do jogo.

14. A redação clara e correta, segundo a norma-padrão, é:

- (A) A não erradicação da tuberculose, além de ser decorrente da pobreza, seu motivo é também devido a pacientes no início do tratamento sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (B) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é porque pacientes no início do tratamento sentem-se curados, o que leva a abandoná-lo, possibilitando dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (C) A não erradicação da tuberculose, além de decorrente da pobreza, é também devido a pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (D) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também devido pacientes iniciando tratamento sentirem-se curados; abandonam o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (E) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também o fato de pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, o que os faz abandoná-lo, possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.

15. A frase que está pontuada como dispõe a gramática normativa é:

- (A) Foi o caráter destrutivo da guerra tanto física quanto moral, que finalmente levou os países em confronto a conhecerem as situações mais dramáticas e desumanas.
- (B) Podemos indagar o sentido que têm essas manifestações recentes: seriam, por acaso, a expressão de que o cidadão comum chegou a seu limite no que se refere a aceitar, inerte, a usurpação de seus direitos?
- (C) Nem pelas razões alegadas contudo, altera-se o mecanismo de apelo imediato à justiça quando os cidadãos não se entendem entre si, modo de agir que impede esforços de outros tipos de mediações.
- (D) Não é de se admirar que: muitos críticos contemporâneos entendam como mero exibicionismo, certas atitudes e práticas artísticas das primeiras décadas do século XX.
- (E) Estudar o ontem em função do hoje – e também do amanhã, é o propósito das reflexões, que ocorrem, semanalmente no centro de cultura instalado numa das regiões mais carentes da cidade.

**Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**

Atenção: Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

16. Nos termos da Organização do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme disposição expressa, é cargo de direção do Tribunal o
- (A) Ouvidor.
 - (B) 2º Vice-Presidente.
 - (C) Desembargador.
 - (D) Juiz do Trabalho.
 - (E) Presidente de Turma.
-
17. É competente para uniformizar a jurisprudência do Tribunal e para fixar a data da abertura de concurso para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto o
- (A) Tribunal Pleno e o Presidente do Tribunal, respectivamente.
 - (B) Presidente do Tribunal e o Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente.
 - (C) Tribunal Pleno.
 - (D) Presidente do Tribunal.
 - (E) Vice-Presidente do Tribunal.
-
18. Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho é correto afirmar que
- (A) não serão remetidos a ele processos de *habeas corpus* ou *habeas data*.
 - (B) seu parecer deve sempre ser por escrito.
 - (C) os autos ficarão a sua disposição por setenta e duas horas antes das sessões.
 - (D) será intimado pessoalmente da decisão nos processos em que for parte.
 - (E) pode emitir parecer oral nas sessões de julgamento, que deve ocorrer após a sustentação oral e antes do voto do Relator.
-
19. Numa determinada sessão estão pautados os seguintes processos:
- I. Um caso em que um Magistrado tenha comparecido apenas para participar dos julgamentos a que estão vinculados.
 - II. Um caso com inscrição para sustentação oral.
 - III. Um caso cujos interessados estão presentes à sessão.
- Desses casos, terão preferência para julgamento o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III., apenas.
 - (E) I, II e III.
-
20. As decisões tomadas em Tribunais colegiados são formalizadas na forma de acórdão. Não haverá acórdão nas decisões proferidas em
- (A) embargos de declaração.
 - (B) ação rescisória.
 - (C) recurso ordinário.
 - (D) agravo de petição.
 - (E) arguição de inconstitucionalidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. Em 31/12/X1, a contabilidade da Cia. Montanhas Rochosas faltava realizar os registros contábeis, quando necessários, referentes às seguintes transações ocorridas em dezembro de X1:
- A empresa contratou uma aplicação financeira, em 01/12/X1, no valor de R\$ 100.000,00 com taxa de juros contratuais de 2% ao mês. No final de dezembro, o valor justo da aplicação financeira era R\$ 103.000,00 e a empresa a classificava como mantida até o vencimento. Nenhuma alteração havia sido reconhecida no valor desta aplicação financeira no mês de dezembro de X1.
 - A empresa realizou o teste de *impairment* de um ativo intangível com vida útil indefinida em 31/12/X1. Nesta data, o valor contábil era R\$ 30.000,00, o valor justo líquido de despesa de venda R\$ 29.000,00 e o valor em uso R\$ 31.000,00.
 - A empresa recebeu dividendos de uma empresa controlada no montante de R\$ 2.500,00.
 - A empresa pagou antecipadamente, em 31/12/X1, uma assinatura de jornal por um período de seis meses no valor de R\$ 900,00.

Com base nestas informações, houve um aumento no lucro referente a dezembro de X1, em reais, de

- (A) 2.100,00
 - (B) 3.000,00
 - (C) 1.000,00
 - (D) 4.500,00
 - (E) 2.000,00
-
22. Em 01/05/2015, a Cia. Bom Preço, empresa comercial, adquiriu um lote de mercadorias pelo valor de R\$ 300.000,00 à vista, sendo que neste valor está incluído ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – de R\$ 54.000,00. Em 15/05/2015, a Cia. Bom Preço vendeu 50% deste lote de mercadorias, à vista, pelo valor líquido de tributos de R\$ 270.000,00. A comissão sobre a venda foi R\$ 5.200,00. No dia 18/05/2015, foi concedido um abatimento ao cliente no valor de R\$ 10.000,00 porque alguns itens apresentaram problemas quanto à especificação. Com base nestas informações, o lucro bruto que a Cia. Bom Preço apurou com a venda de 50% do lote de mercadorias foi, em reais, de
- (A) 110.000,00
 - (B) 131.800,00
 - (C) 137.000,00
 - (D) 104.800,00
 - (E) 147.000,00

23. Considere os elementos patrimoniais de uma empresa apresentados a seguir:

- I. Terreno onde foi construído o estacionamento para os clientes da empresa.
- II. Adiantamento a Fornecedores, cujo prazo para entrega das mercadorias é de 90 dias.
- III. Provisões Trabalhistas de longo prazo.
- IV. Ações em Tesouraria.

Os itens I, II, III e IV são classificados, respectivamente, no Balanço Patrimonial como

- (A) ativo imobilizado, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
 - (B) ativo imobilizado, ativo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
 - (C) investimentos, ativo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
 - (D) investimentos, ativo circulante, patrimônio líquido e ativo circulante.
 - (E) ativo imobilizado, passivo circulante, passivo não circulante e ativo circulante.
-
24. Na análise das demonstrações contábeis, um índice de
- (A) liquidez seca de 1,10 indica que a empresa, em uma determinada data, possui ativos que já são dinheiro ou se transformarão em dinheiro no curto e longo prazos suficientes para cobrir a sua dívida total.
 - (B) rentabilidade do ativo de 20% significa que a cada R\$ 100,00 investidos em ativos não circulantes, a empresa obtém R\$ 20,00 de lucro bruto por período.
 - (C) margem líquida de 14% significa que a cada R\$ 100,00 investidos no Patrimônio Líquido, a empresa obtém R\$ 14,00 de lucro líquido por período.
 - (D) liquidez imediata de 0,15 indica que a empresa, em uma determinada data, possui R\$ 0,15 para cada R\$ 1,00 de despesas operacionais incorridas durante o exercício.
 - (E) liquidez corrente de 1,05 indica que, em uma determinada data, para cada R\$ 1,00 de dívida com vencimento no curto prazo, a empresa possui R\$ 1,05 de ativos que já são dinheiro ou se transformarão em dinheiro no curto prazo.



25. A Cia. Horizonte adquiriu, em 31/12/2013, 80% das ações da Cia. Verdejante por R\$ 16.000.000,00 à vista, passando a deter o controle da empresa adquirida. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Verdejante era R\$ 18.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis desta empresa era R\$ 19.000.000,00. A diferença entre estes dois últimos valores foi decorrente da atualização do valor de um terreno que a Cia. Verdejante havia adquirido em 2012.

No exercício de 2014, a Cia. Verdejante reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

Lucro líquido: R\$ 1.000.000,00

Distribuição de dividendos: R\$ 200.000,00

Com base nestas informações e sabendo que não ocorreram resultados não realizados entre a controladora e a controlada, o valor evidenciado como Investimentos em Controladas, no Balanço Patrimonial individual da Cia. Horizonte de 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 17.000.000,00
- (B) 19.960.000,00
- (C) 15.840.000,00
- (D) 15.040.000,00
- (E) 16.640.000,00

26. A empresa Mantiqueira produz dois tipos de tecidos, cujas informações referentes ao mês de dezembro de 2014 são apresentadas a seguir:

ITENS	Tecido Tipo A	Tecido Tipo B	EMPRESA
Quantidade produzida (em metros)	20.000	30.000	
Quantidade vendida (em metros)	16.000	24.000	
Custo variável (por metro produzido)	R\$ 6,00	R\$ 5,00	
Despesa variável (por metro vendido)	R\$ 1,20	R\$ 1,60	
Custos Fixos Indiretos (por mês)			R\$ 600.000,00
Despesas Fixas Indiretas (por mês)			R\$ 200.000,00

No início do mês de dezembro de 2014, não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final deste mês, não havia estoques de produtos em elaboração.

Considerando que a empresa utiliza como critério de rateio a quantidade produzida, o valor do estoque final do Tecido Tipo A, em 31/12/2014, pelo custeio por absorção era, em reais,

- (A) 88.000,00
- (B) 72.000,00
- (C) 76.800,00
- (D) 84.000,00
- (E) 24.000,00

27. Considere os dados, a seguir, extraídos da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da empresa Tudo Certo S.A referente ao exercício financeiro de X1 (valores em milhares de reais):

Descrição	R\$ (mil)
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	
Com Reservas de Lucros	20.000,00
Com integralização em dinheiro.....	37.000,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (credora).....	4.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	40.000,00
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:	
Transferências para reservas	
Reserva Legal	2.000,00
Reserva Estatutária	14.000,00
Reserva para Contingências.....	5.000,00
Dividendos distribuídos.....	19.000,00

Com base nestas informações, o aumento no saldo do Patrimônio Líquido em X1 foi, em milhares de reais,

- (A) 62.000,00
- (B) 54.000,00
- (C) 41.000,00
- (D) 82.000,00
- (E) 81.000,00



28. Sobre os princípios éticos que o profissional de contabilidade deve seguir, considere:
- I. Integridade: ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
 - II. Objetividade: não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.
 - III. Comportamento profissional: cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.
 - IV. Sigilo profissional: respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, mesmo que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

Contabilidade Pública

29. Dentre outras, são entidades que aplicam integralmente a contabilidade aplicada ao setor público:
- (A) os órgãos da Administração direta e indireta, sem exceção.
 - (B) as fundações privadas de utilidade pública e as entidades privadas que recebam recursos públicos para aplicação em determinado projeto.
 - (C) as autarquias federais e as empresas prestadoras de serviços públicos.
 - (D) os conselhos profissionais e os órgãos do Poder Judiciário.
 - (E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, sem exceção.
-
30. O departamento de contabilidade de determinado Tribunal, no registro contábil de uma despesa com aquisição de veículos novos, no subsistema patrimonial, cometeu um erro na escrituração, pois, registrou tal despesa como *variação patrimonial aumentativa*. Nestas condições, segundo as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público a correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade pode ser feito por meio de estorno,
- (A) transferência e complementação.
 - (B) transferência e compensação.
 - (C) substituição e transferência.
 - (D) substituição e complementação.
 - (E) retificação e compensação.
-
31. De acordo com as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, por demonstração contábil entende-se a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações. Com relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, é correto afirmar:
- (A) O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários e indica o resultado patrimonial do exercício.
 - (B) O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.
 - (C) O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação financeira da entidade pública.
 - (D) A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as receitas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise e indica o resultado financeiro do exercício.
 - (E) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio decorrente da arrecadação de receitas e da realização de despesas orçamentárias e indica o superávit ou déficit orçamentário do exercício.



32. O recebimento, em doação, de duas ambulâncias novas por determinado hospital público federal, é registrado no seguinte subsistema de informações e provoca, respectivamente,
- (A) orçamentário, um superávit da execução orçamentário.
 - (B) patrimonial, uma variação quantitativa no patrimônio.
 - (C) demonstração das variações patrimoniais, uma variação qualitativa no patrimônio.
 - (D) inversões financeiras, um superávit patrimonial.
 - (E) ativo imobilizado, uma variação qualitativa no patrimônio.

33. Com relação aos orçamentos, nos termos da Constituição Federal, considere:

- I. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá os objetivos e as metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III. O Poder Executivo poderá abrir crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, somente para as despesas obrigatórias e de caráter continuado, tais como: pessoal, saúde e educação.
- IV. A Lei Orçamentária Anual compreenderá, entre outros, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- V. É vedado a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

34. No balancete orçamentário de 31/05/2015, de determinado ente da federação, o saldo das receitas patrimoniais era de R\$ 275.000,00. Durante o mês de junho de 2015, entre outros, foram recebidos os seguintes valores em reais:

	R\$
– Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Inscrito na Dívida Ativa	185.000,00
– Receitas arrecadadas provenientes do pagamento de aluguéis pela utilização de próprios do poder público	25.000,00
– Receitas de concessões e permissões – serviços de transporte	80.000,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo	45.000,00
– Recebimento de caução de empresa para participar de licitação para fornecimento de computadores	15.000,00
– Receita de cessão do direito de operacionalização de pagamento a fornecedores	30.000,00

No balancete orçamentário de 30/06/2015, o saldo das receitas patrimoniais era, em reais,

- (A) 410.000,00
- (B) 380.000,00
- (C) 425.000,00
- (D) 460.000,00
- (E) 300.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 35 a 37 considere o saldo em espécie em 31/12/2013 (exercício anterior), no valor de R\$ 1.000,00 e as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público referentes às receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias no exercício de 2014 (valores em reais):

	R\$
– Alienação de bens imóveis	370,00
– Recebimento de impostos	220,00
– Inscrição em restos a pagar.....	270,00
– Recebimento de aluguel não previsto na Lei Orçamentária Anual do exercício	180,00
– Pagamento de restos a pagar do exercício anterior	130,00
– Despesa com aquisição de material de consumo	110,00
– Cancelamento de dívida ativa.....	60,00
– Rendimentos de aplicações financeiras	90,00
– Amortização de empréstimos.....	120,00
– Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO.....	80,00
– Despesa empenhada e anulada no próprio exercício	40,00
– Recebimento de caução de empresa participante em licitação	50,00
– Recebimento em doação de dois terrenos para construção de dois hospitais públicos.....	120,00
– Despesa com manutenção de veículos.....	240,00

35. As receitas orçamentárias somam, em reais,

- (A) 800,00
- (B) 1.040,00
- (C) 980,00
- (D) 860,00
- (E) 920,00

36. As receitas extraorçamentárias totalizam, em reais,

- (A) 400,00
- (B) 580,00
- (C) 640,00
- (D) 460,00
- (E) 520,00

37. De acordo com a estrutura do Balanço Financeiro, o saldo, em espécie, em 31/12/2014, que se transfere para o exercício seguinte, totaliza, em reais,

- (A) 2.020,00
- (B) 1.630,00
- (C) 1.960,00
- (D) 1.780,00
- (E) 1.900,00



Atenção: Para responder às questões de números 38 a 41, considere as receitas orçamentárias previstas e as despesas orçamentárias fixadas para o exercício de 2014, bem como as seguintes transações realizadas por determinada entidade pública durante o exercício de 2014 (valores em reais):

	R\$
– Receita corrente prevista 600,00	Despesa corrente fixada..... 550,00
– Receita de capital prevista <u>1.000,00</u>	Despesa de capital fixada..... <u>1.050,00</u>
Total das Receitas..... 1.600,00	Total das Despesas 1.600,00
– Empenho de despesas com pessoal.....	290,00
– Receita de impostos.....	340,00
– Empenho de despesas com serviços de manutenção de bens imóveis.....	110,00
– Abertura de crédito suplementar por anulação de dotação orçamentária	70,00
– Receita da cota parte do ICMS	180,00
– Depreciação de bens móveis e veículos	140,00
– Receita de taxas diversas	80,00
– Receita com alienação de bens imóveis.....	700,00
– Recebimento em doação de 25 computadores	50,00
– Empenho de despesa com água, luz e telefone	80,00
– Receita de operações de crédito de longo prazo.....	350,00
– Empenho de despesa com aquisição de veículos	250,00
– Receita de multas e juros sobre impostos pagos após seus vencimentos	90,00
– Ganhos com alienação de bens imóveis	60,00
– Empenho de despesa para amortização de dívidas de longo prazo	400,00
– Pagamento de despesas empenhadas e liquidadas.....	780,00

Observações:

– Todas as despesas empenhadas foram liquidadas no próprio exercício.

– Todas as receitas foram recebidas no próprio exercício.

38. As variações patrimoniais quantitativas aumentativas somam, em reais,

- (A) 1.050,00
- (B) 750,00
- (C) 740,00
- (D) 690,00
- (E) 800,00

39. As variações patrimoniais quantitativas diminutivas totalizam, em reais,

- (A) 510,00
- (B) 480,00
- (C) 620,00
- (D) 690,00
- (E) 560,00



40. O resultado da execução orçamentária apresenta, em reais,
- (A) um excesso de arrecadação de 470,00
 - (B) um superávit orçamentário de 610,00
 - (C) uma insuficiência de arrecadação de 140,00
 - (D) um déficit orçamentário de 140,00
 - (E) uma economia orçamentária de 610,00
-
41. O valor inscrito em Restos a Pagar, em 31/12/2014, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, soma, em reais,
- (A) 420,00
 - (B) 300,00
 - (C) 490,00
 - (D) 290,00
 - (E) 350,00
-
42. Para efeito de apuração do cumprimento do limite legal estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 relativa à despesa de pessoal de determinado órgão do Poder Judiciário, considere:
- | | |
|--|----------------------|
| – Valor das Receitas Correntes | R\$ 8.550.000.000,00 |
| – Total da despesa líquida de pessoal realizada..... | R\$ 45.000.000,00 |
| – Limite máximo permitido para a despesa de pessoal..... | R\$ 55.500.000,00 |
- O limite prudencial corresponde ao valor de, em reais,
- (A) 49.950.000,00
 - (B) 513.000.000,00
 - (C) 40.500.000,00
 - (D) 52.725.000,00
 - (E) 42.750.000,00
-
43. Determinada entidade do setor público no mês junho de 2015 empenhou despesa no valor de R\$ 180.000,00 decorrente de licitação realizada para a aquisição de material de expediente. O fornecedor entregou apenas cinquenta por cento do material adquirido, ou seja, R\$ 90.000,00, informando que a outra metade não seria entregue por falta do material em seu estoque. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, nestas condições, deve a entidade
- (A) considerar como receita orçamentária o valor referente ao material não entregue pelo fornecedor.
 - (B) inscrever em restos a pagar não processado o valor do material não entregue pelo fornecedor.
 - (C) anular o valor da despesa referente ao material não recebido pela entidade, revertendo à dotação a importância correspondente.
 - (D) considerar como despesa do exercício o total bruto empenhado, aplicando uma multa ao fornecedor pelo não cumprimento do contrato.
 - (E) utilizar o saldo do empenho referente ao material não recebido pela entidade na realização de quaisquer despesas classificadas na mesma categoria econômica.

**Noções de Auditoria Governamental**

44. Para executar trabalhos de auditoria, os auditores devem ter bom conhecimento das técnicas e dos procedimentos de auditoria a fim de que possam obter evidências suficientes, adequadas, relevantes e em bases razoáveis para comprovar os achados e sustentar suas opiniões e conclusões. Segundo as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, são atributos das evidências:
- (A) materialidade, legalidade, adequabilidade e suficiência.
 - (B) legalidade, razoabilidade, confiabilidade e relevância.
 - (C) validade, confiabilidade, relevância e suficiência.
 - (D) materialidade, legalidade, razoabilidade e relevância.
 - (E) validade, confiabilidade, objetividade e razoabilidade.
-
45. No âmbito federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, entre outros:
- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
 - (B) emitir parecer sobre as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta.
 - (C) avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos Estados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Distrito Federal ou a Município.
 - (E) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
-
46. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, segundo a Constituição Federal, é uma das finalidades
- (A) da auditoria interna.
 - (B) do Tribunal de Contas.
 - (C) da auditoria externa.
 - (D) do Ministério Público.
 - (E) do sistema do controle interno.
-
47. De acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade durante todo o exercício, no respectivo
- (A) poder legislativo e no Tribunal de Contas.
 - (B) Tribunal de Contas e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.
 - (C) poder legislativo e no ministério público.
 - (D) tribunal de contas e no sistema de controle interno.
 - (E) poder legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.
-
48. O controle da execução orçamentária compreenderá, entre outros, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações. Assim, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, será
- (A) de ofício ou por solicitação de autoridade competente.
 - (B) prévia, concomitante e subsequente.
 - (C) por iniciativa do Tribunal de Contas, mediante autorização do Poder Legislativo.
 - (D) de ofício para apurar denúncia formulada pelo Ministério Público.
 - (E) por iniciativa do Poder Legislativo ou Comissão de Inquérito para apurar denúncia.

**Contabilidade Tributária**

49. Pode ter alíquotas majoradas por ato do Poder Executivo e, ao mesmo tempo, se submete à anterioridade nonagesimal, mas não se submete à regra da anterioridade anual é
- (A) o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (B) o Imposto Sobre Produtos Industrializados.
 - (C) a contribuição social para a Seguridade Social.
 - (D) a taxa.
 - (E) o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
-
50. Sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF é correto afirmar que
- (A) o contribuinte é o empregador que paga o salário e que tem o dever legal de fazer a retenção na fonte.
 - (B) o empregador é responsável tributário subsidiário, pois caso o empregado não faça o pagamento do imposto devido será ele o devedor.
 - (C) são devedores solidários o empregador e o empregado.
 - (D) o empregador é o responsável tributário pelo pagamento do Imposto de Renda, em substituição ao empregado, pessoa que pratica o fato gerador de auferir renda.
 - (E) a atribuição de responsabilidade tributária à fonte pagadora dos proventos tributáveis deve ser feita por ato normativo da Receita Federal.
-
51. Empresa especializada no serviço de locação de bens móveis foi autuada pelo fisco municipal pelo não recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e pelo fisco federal pelo não recolhimento da COFINS. Sobre estas autuações é correto afirmar que
- (A) estão corretas, pois são devidos o ISS e a COFINS nas operações de locação de bens móveis.
 - (B) somente está correta a autuação pelo não recolhimento da ISS, uma vez que só cabe COFINS nas operações de locação de móveis quando as partes são pessoas jurídicas.
 - (C) incide COFINS sobre receitas provenientes das operações de locação de bens móveis, segundo entendimento do STJ.
 - (D) é constitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis, segundo entendimento do STF.
 - (E) sobre a operação de locação de bem móvel não pode incidir nenhum tributo, por não ser fato gerador dos tributos atualmente instituídos por lei.
-
52. A Constituição Federal traz como regra-matriz de incidência a *importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível* e que pode ter alíquota *diferenciada por produto ou uso; reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo*, além de receitas destinadas, dentre outros, “ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Essa assertiva se refere
- (A) a uma contribuição de intervenção no domínio econômico, de competência exclusiva da União.
 - (B) ao imposto de importação incidente sobre combustíveis.
 - (C) ao imposto sobre circulação de mercadorias, quando tem por objeto combustíveis, ainda que provenientes do exterior.
 - (D) aos impostos de importação e de circulação de mercadorias, respectivamente, ambos de competência da União.
 - (E) à COFINS incidente sobre as operações com combustível, que é uma contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas.
-
53. Sobre os dispositivos da Lei Complementar nº 116/2003, é correto afirmar que
- (A) se referem a disposições gerais sobre ICMS e ISS devidos em operações sobre serviços de qualquer natureza e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (B) enquanto normas gerais, fixam fato gerador, base de cálculo e contribuinte do ISS.
 - (C) versam sobre a instituição do ISS, fixando alíquotas, base de cálculo, contribuintes e fatos geradores.
 - (D) fixam a responsabilidade tributária de terceiro, não vinculado ao fato gerador, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a em caráter supletivo.
 - (E) define, como regra geral, a competência para instituir ISS e ICMS, solucionando conflito de competência entre os entes federados.

**Administração Orçamentária e Financeira**

54. A classificação institucional da despesa reflete as estruturas organizacional e administrativa e compreende dois níveis hierárquicos. No âmbito da União, o código da classificação institucional compõe-se de cinco dígitos, referindo-se, respectivamente, os
- (A) 1º e 2º dígitos, ao órgão orçamentário e os 3º, 4º e 5º dígitos à unidade orçamentária.
 - (B) 1º e 2º dígitos à função de governo e os 3º, 4º e 5º dígitos à subfunção de governo.
 - (C) 1º e 2º dígitos à função de governo e os 3º, 4º e 5º dígitos à ação de governo.
 - (D) 1º e 2º dígitos ao programa de governo e os 3º, 4º e 5º dígitos à ação de governo.
 - (E) 1º, 2º e 3º ao órgão orçamentário e aos 4º e 5º dígitos à função de governo.
-
55. A classificação funcional pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Nestas condições, a despesa com o pagamento do principal da dívida pública contratual interna é classificada na função
- (A) despesa corrente.
 - (B) despesa de capital.
 - (C) encargos especiais.
 - (D) amortização da dívida.
 - (E) encargos sobre a dívida contratual resgatado.

Atenção: Para responder às questões de números 56 e 57, considere o **código** da classificação das seguintes despesas orçamentárias realizadas durante o mês de janeiro de 2015, por determinado ente da federação (valores em reais):

	R\$
– 3.1.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores.....	50,00
– 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	750,00
– 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	190,00
– 3.3.90.14.00 – Diárias – Civil.....	60,00
– 4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis.....	230,00
– 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais.....	170,00
– 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....	130,00
– 3.3.90.37.00 – Locação de Mão de Obra.....	110,00
– 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	120,00
– 3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.....	90,00
– 4.4.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.....	80,00
– 3.2.90.21.00 – Juros sobre a Dívida por Contrato.....	70,00

56. As despesas realizadas e classificadas no Grupo de Natureza de Despesa – “Pessoal e Encargos Sociais” totalizam, em reais,
- (A) 560,00
 - (B) 610,00
 - (C) 410,00
 - (D) 500,00
 - (E) 450,00



57. O montante das despesas realizadas e classificadas como "Despesas de Capital" foi de
- (A) 1.100,00
 - (B) 1.250,00
 - (C) 1.180,00
 - (D) 1.030,00
 - (E) 1.060,00
-
58. A Lei Federal nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar esse código de natureza de receita. Considerando a composição do seguinte código "1113.01.04" de receita orçamentária é correto afirmar que o
- (A) segundo dígito refere-se à categoria econômica – receita tributária.
 - (B) primeiro dígito refere-se à origem – receita corrente.
 - (C) terceiro dígito refere-se à origem – receita tributária.
 - (D) primeiro dígito refere-se à categoria econômica – receita corrente.
 - (E) segundo dígito refere-se à rubrica – imposto sobre a produção e circulação.
-
59. O Secretário Municipal da Educação de determinado município autorizou a abertura de licitação para aquisição de cinquenta computadores novos para as escolas públicas municipais, pelo valor estimado de R\$ 100.000,00. Entretanto, a dotação aprovada na Lei Orçamentária não é suficiente à aquisição dos computadores. Nestas condições, para viabilizar a realização da despesa, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, será aberto crédito adicional
- (A) suplementar e dependerá da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, a qual será classificada como inversões financeiras.
 - (B) especial autorizado por lei e aberto por decreto, cuja despesa será classificada como investimentos.
 - (C) especial e terá vigência adstrita ao exercício financeiro em que for aberto, cuja despesa será classificada como capital.
 - (D) suplementar e poderá ser reaberto no exercício seguinte, se houver saldo na dotação orçamentária, cuja despesa será classificada como inversões financeiras.
 - (E) suplementar autorizado por lei e aberto por decreto, cuja despesa será classificada como investimentos.
-
60. Acerca do planejamento, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias recebeu novas e importantes funções, dentre elas:
- I. conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual.
 - II. conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, para ser utilizada na realização de despesas de caráter continuado.
 - III. dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
 - IV. estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.
 - V. disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II, III e V.
 - (E) III, IV e V.



ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX:

"3.1. Na Prova de Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 12 (doze) linhas e o máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

5. A Prova de Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, **média igual ou superior a 60 (sessenta) pontos**.
7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível."

QUESTÃO 1

A Filial A da Agência de Águas do Estado (AAE) é responsável pelo fornecimento de água potável para o consumo da população. No mês de maio de 2015, a Filial A produziu e vendeu 10.000.000 metros cúbicos (m^3) de água e apresentou as seguintes informações:

Tarifa líquida de tributos: R\$ 3,00/ m^3

Custos e despesas variáveis: R\$ 0,70/ m^3

Custos e despesas fixos mensais: R\$ 13.800.000,00

Com base nestas informações, PEDE-SE determinar e interpretar:

- a. Margem de Contribuição por metro cúbico de água potável.
- b. Ponto de Equilíbrio Contábil mensal em quantidade.
- c. Ponto de Equilíbrio Econômico mensal em quantidade, considerando lucro objetivado pela Filial A de R\$ 11.500.000,00 por mês.
- d. Margem de Segurança Operacional, em percentual, considerando o volume produzido e vendido em maio de 2015.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

O Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 3ª Região é órgão da Administração Pública Federal e seus atos estão sujeitos tanto ao exame pelo Controle Interno como à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União que, para tanto, utiliza técnicas de Auditoria Governamental nos termos de suas instruções normativas e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nesse contexto, um Analista Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Contabilidade, pertencente ao Controle Interno do TRT 3ª Região, foi incumbido de analisar a legalidade de despesa realizada em 2014 para a aquisição de papel sulfite, que ocorreu da seguinte forma:

- a. Foi realizada por meio de licitação na modalidade pregão. Para tanto, constou do texto do edital a exigência de prestação de garantia de proposta. Também foi imposta cobrança de valores para o fornecimento do instrumento convocatório sob a justificativa de cobertura de custos de sua reprodução gráfica.
- b. O vencedor da licitação, apesar de convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrou contrato, fato que motivou o pregoeiro a convocar o 2º colocado. Após verificação, sua proposta não foi considerada aceitável. Assim, foi convocado o 3º colocado, o qual respeitou as condições do edital e foi considerado o vencedor.
- c. O pagamento foi previsto para ocorrer nos seguintes termos:
 - 1ª parcela, equivalente a 50% do valor pactuado – no ato da assinatura do contrato.
 - 2ª parcela, equivalente a 30% do valor pactuado – após a entrega de 80% do material.
 - 3ª e última parcela, equivalente a 20% do valor pactuado – após a entrega desses 20% restantes.

Os pagamentos da 1ª e 2ª parcelas foram honrados conforme previsto no contrato. O referente à 3ª parcela, apesar do material ter sido entregue, não foi pago até 31/12/2014.
- d. Essa aquisição foi classificada como “despesa corrente”.

Considere a descrição dos itens “a” a “d”, inclusive no que diz respeito aos estágios da despesa pública, e responda, justificadamente, se os fatos ocorridos respeitaram a legislação em vigor.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	